

## A Conceituação de Patrimônio Ambiental Urbano em Países Emergentes

**Eduardo YÁZIGI**

Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo  
Prof. Lineu Prestes, 338. Cidade Universitária.  
CEP 05508-000 São Paulo.  
E-mail: edyaz@usp.br

### Resumo

*Apesar de o presente conceito ser derivado da Carta de Veneza, que recomenda proteger entornos, ele ainda não foi suficientemente desdobrado e explorado, especialmente em países emergentes onde, devido à falta de recursos e de valorização cultural, as cidades se acham bastante degradadas. A definição por nós formulada é a seguinte e se justifica porque **ambiente não é lugar, mas relação – de trabalho, vizinhança, lazer, religiosidade, cidadania etc.***

*O patrimônio ambiental urbano se constitui de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e elementos naturais intra-urbanos, regulados por relações sociais, econômicas e culturais, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. É reconhecido e preservável por seus valores potencialmente qualificados: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, legalmente protegidos ou não. Geograficamente esses conjuntos podem-se apresentar sob forma de áreas contíguas ou lineares, sem limites perpétuos, mas sempre transcendendo unidades de significado autônomo. **O conceito se refere tanto a um conjunto existente como a um processo em construção: é o ser o devir.***

*Este artigo explora, justamente, as implicações metodológicas do que se possam ser as citadas relações.*

**Palavras-chave:** Patrimônio ambiental urbano, países emergentes, cidadania

## Summary

Despite the present concept derives from the Venice Chart, which recommends protecting neighborhoods of monuments, it has not yet enough unfolded and exploited, especially on emergent countries, owing to poor resources and cultural valorization that produce depreciated towns. Our definition, as follows, can be justified because environment (**"ambiente" in Portuguese**) is not a place but a relation – of work, neighborhood, leisure, religion, citizenship, etc.

Therefore environmental urban patrimony is constituted by architectonic assemblage, urbanistic spaces, public equipments and natural elements inside towns, adjusted by social, economic and cultural relations, where conflicts must be avoided as much we can and social inclusion a growing exigence. It is recognized and preservable according to potentially qualified values: pragmatics, cognitives, aesthetics and affectives, protected or not by law. Under the geographic viewpoint they can be manifested on contiguous or linear areas, without perpetual limits, but always transcending autonomous significant units. **The concept refers to an existent ensemble or to a construction process: it is the being and the future.**

This article particularizes methodological implications of what could be the mentioned relations.

**Keywords:** environmental urban patrimony, emerging countries, citizenship

## Resumé

Bien que le concept de patrimoine environnemental urbain soit dérivé de la Charte de Venise, laquelle recommande protéger les voisinages d'un monument, il n'a pas encore été suffisamment dépouillé et exploité, surtout dans des pays émergents, en raison du manque de ressources et de valorisation culturelle. Notre définition que suit se justifie, **car ambiente n'est pas une chose ni un endroit, mais relation – de travail, voisinage, loisir, religiosité, citoyenneté, etc.** (en portugais environnemental se dit "ambiental").

Le patrimoine environnemental urbain se constitue donc d'ensembles architectoniques, espaces urbanistiques, équipements publics, éléments naturels intra-urbains, régulés par des relations sociales, économiques et culturelles, où le conflit doit être le moindre possible et l'inclusion sociale une exigence croissante. Il est reconnu par ses valeurs potentiellement qualifiés: pragmatiques, cognitifs, esthétiques et affectifs, protégées ou non par une loi. Géographiquement, ces ensembles peuvent se présenter sous la forme de surfaces contigues ou linéaires,

*sans limites perpétuelles, mais toujours transcendant les unités de signification autonome. Le concept se rapporte soit à un ensemble existant soit à un procès en construction: c'est l'être et le devenir.*

*Cet article exploite, justement, les implication méthodologiques de ce que signifient les relations referées ci-dessus.*

**Mots-clét :** *patrimoine environnemental urbain, pays sous-développés, citoyenneté*

## **Introdução**

Vários fatos reclamam uma valorização mais ampla da ambiência urbana. A cidade deteriorada tem sido norma na maioria dos países subdesenvolvidos, contribuindo para o que se pode denominar estresse espacial. A globalização tanto fragmentou identidades como está a criar outras. Em países emergentes, não é sempre que o encaminhamento da questão social se faz acompanhar da patrimonialização do território. Mas também, várias capitais européias – Roma, por exemplo – ostentam periferias desprovidas de qualquer sentido vivificante, incompatíveis com a grandeza do passado, existente na mesma cidade. Isso, como será demonstrado mais à frente, requer que o empenho pelo patrimônio ambiental urbano deva ser entendido não somente como preservação de representatividades passadas, mas também como o que deve ser construído. É o ser o devir. Quanto mais degradado o meio urbano, maior a necessidade desse empenho. Todos reconhecem o valor de uso do cotidiano, mas poucos se preocupam com a importância de seu aperfeiçoamento.

Grosso modo, seja por herança colonial, seja por construção própria, muitas cidades criaram patrimônios dignos de serem preservados, ainda que carecessem de identidade espacial vinculada à terra. Essas produções estiveram diretamente ligadas aos excedentes das economias locais, em todos países das Américas: cana de açúcar, ouro, prata, café, borracha, gado, estanho, cobre etc. Historicamente, os períodos áureos foram do século XVIII aos inícios do XX. No Brasil, o café no sul e a borracha no norte pretenderam conferir ares de Paris às suas grandes capitais, referenciados por Haussman. Mas a realidade é que jamais conseguiram reproduzir a grandeza cumprida por esse prefeito parisiense. O mundo bem cuidado se circunscreveu as centralidades das elites nascentes.

Apesar do limitado estoque patrimonial, tempos posteriores se revelaram ainda de um vandalismo sem precedentes, especialmente no Brasil, onde São Paulo e Rio Janeiro conheceram crimes inadmissíveis, inaugurados com o *boom* industrial, chegando aos nossos dias sob a égide da permissividade. A rendição à indústria automobilística aliada à especulação imobiliária, ao *laissez-faire* (oficial

e privado) e à exclusão social representam os quatro pilares de maior nocividade ao *locus* da sociedade urbana. Como se isso não bastasse, hoje em dia a tendência mundial da cidade-empresa estimula o abandono de certas partes da cidade em benefício de suas novas centralidades.

Eis porque a implementação do conceito em apreço se torna uma necessidade social. Na ótica política, se por um lado a dignificação do espaço representa valorização do sentimento cívico e da imagem da cidade para fins de economia, por outro, a própria vida do cidadão é ensaiada com valores de uso de primeira grandeza. Assim, este artigo tem o propósito de explorar a importância do sentido relacional de ambiente, fornecendo elementos de fortificação do grupo social, para fins de vida cotidiana, identidade e prazer em seu lugar de vida.

A condição de subdesenvolvimento coloca vários reveses à construção do patrimônio. A carência geral de recursos permite, no máximo, dotar as populações de conjuntos habitacionais que são a própria imagem da desolação, desprovidas de tudo o que complementa e dá plenitude ao morar: ruas pavimentadas, transportes eficientes, espaços públicos bem cuidados, lazer, etc. A rigor, as administrações estariam teoricamente impossibilitadas de produzir um padrão dotado de modernidade. As instituições não costumam ter ousadia com o empenho da inserção social, que como se sabe, só pode acontecer em longo prazo; no entanto inexistente uma ação planejadora de continuidade para estratégias dessa dimensão temporal. Em países emergentes só se atua no “varejo”. Além disso, impera uma visão deformada da cultura material, tanto nas administrações quanto na sociedade, que só prioriza as “soluções práticas” (quando conseguem...), despreocupadas com qualidade. Resulta então que o padrão dual se reproduz espacialmente, criando angustiantes periferias que vão de horizonte em horizonte, com soluções precárias, mesmo quando dotadas de criatividade.

Apesar desse quadro desolador, o patrimônio ambiental continua sendo visto como preocupação burguesa pelos meios acadêmicos enquanto, contraditoriamente, os segmentos médios e pobres não conseguem entendê-lo como fator de desenvolvimento. O resultado são cidades conflituosas, sem unidade, semi-abandonadas, com cotidiano precaríssimo nos segmentos médios e inferiores. O espaço público, ao invés de ser o patrimônio de todos os patrimônios, se realiza de modo deplorável, com raras exceções. A prevalência do eterno provisório sugere redefinir o presente conceito com urgência: a restauração do território se conta por décadas.

## **Dos Bens Isolados aos Conjuntos Representativos**

John Ruskin (1819-1900), seguido de William Morris, já criticava a nova ordem industrial, valorizando o tecido formado por casas comuns, tendo sido um

dos pioneiros na defesa de conjuntos urbanos. No século XX a noção de monumento para fins de preservação da memória logo se revelou insuficiente, levando os estudiosos da área a formularem a Carta de Veneza, fundamentada na preservação de zonas de ambiência com as quais os bens têm relações tradicionais. Percebeu-se também que outras áreas deveriam ser preservadas, mesmo sem monumentos e o recurso legal do tombamento. Foi aí que nasceu o conceito de patrimônio ambiental urbano, que quatro décadas depois ainda carece de precisões conceituais para fins de implementação e que este artigo pretende aprimorar.

Não obstante, o emprego apropriado do termo *ambiental* é procedente e por isso complexifica a questão. Efetivamente, ambiente não quer dizer nem *coisa* nem *lugar*, e sim *relação*, conforme sua origem latina: vem de *amb* + *ire*, isto é, ir junto. Seu emprego foi de início formulado pela Psicologia: “Fulano cresceu num ambiente religioso”; “A boa empresa cria um ambiente propício à realização pessoal”, etc. A Ecologia justifica sua existência graças à mesma idéia de relação: já não bastava à Biologia explicar as espécies de *per se*, mas contextualizadas no ciclo de vida, isto é, em suas relações com tudo que as cercam. Várias outras disciplinas sentiram necessidade de usar a noção de ambiente, mas logo se deram conta da necessidade de redefini-la segundo cada ótica. No presente estudo, trata-se do mundo do urbano.

Defino o patrimônio ambiental urbano como sendo constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e elementos naturais intra-urbanos, regulados por relações sociais, econômicas e culturais, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. São reconhecidos e preserváveis por valores potencialmente qualificados: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamento. Geograficamente, esses conjuntos podem se apresentar sob forma de manchas urbanas ou formações lineares, sem limites perenes, mas sempre transcendendo as unidades de significado autônomo. O conceito se refere tanto a um conjunto existente como a um processo em construção: *trata-se, pois, do ser e do devir*.

## Valores pragmáticos

Não devem ser entendidos como reservas passivas, reificadas, mas lugares vivos que sustentam atividades socioeconômicas e culturais. São espaços da experiência urbana por excelência, os *loci* da promoção identitária, onde a convivência pode facilitar a coesão do grupo. Interessam ao cotidiano e eventualmente ao turismo. Mas não se trata de abraçar *qualquer* valor pragmático: os usos devem ser compatíveis com a forma, sem subvertê-la: não se pode transformar uma catedral num bordel.

Enquanto os potenciais tecnológicos valerem as substituições não se justificam, sob alegações de serem *velhos* ou *descartáveis*. Em países emergentes urge reforçar a função econômica e social, adaptando os conjuntos às condições modernas de funcionalidade, mas com sensibilidade e inteligência. O valor econômico pode ser justificado por si só, embora sozinho nem sempre enriqueça o conjunto. No entanto, dada a carência de recursos nesses países, ele tende a ser crucial.

### Valores cognitivos

São os que enriquecem a experiência urbana de todos pontos de vista. Representam o entendimento “dramático” de como os outros se resolvem; permitem uma apreensão viva de outras regulações sociais e territoriais e representam a história, não como exemplares ilustrativos, mas como parte de sua própria expressão: matérias primas e tecnologias empregadas; morfologia; valores diversos; condições sociais, econômicas, políticas, ideológicas e simbólicas de produção, etc. Nesse sentido, funcionam como parâmetros de entendimento ou inspiração para observadores em geral.

### Valores estéticos

Aqui é preciso retomar o mais profundo significado etimológico de “estético” que se origina de *aesthesis*, isto é, a experiência da sensação pela potencialização da forma. Classicamente, os valores estéticos refletem princípios de unidade, volumetria e outras ordenações: os variados padrões estilísticos ou o gosto individual. Deles também derivam o importante fenômeno do encantamento dos sentidos, comumente ignorado pelos acadêmicos, mas de muita importância para o cidadão comum. Aliás, uma cidade bem concebida desse ponto de vista, dá ao cidadão o sentimento de estar sendo cuidado pela administração, mas infelizmente são dos menos considerados na construção da esfera pública. Não por acaso, templos de qualquer religião, possuem formas potencializadas que expressam o melhor de suas funções. O mesmo acontecendo com praças, mercados, escolas, ou bordéis: são entidades que não podem se confundir.

### Valores afetivos

Não se limitam tanto às preferências pessoais, como à resposta cívica dada pelo grupo ao lugar: “pertencemos-nos um ao outro”. Por isso, esse valor depende

do bom equacionamento dos anteriores. Hoje o sentimento de pertença incorpora vários lugares de vida: a residência principal e a secundária, o lugar de trabalho, a casa dos parentes; o lugar de férias, os lugares de diversão (...). É o universo cívico expandido. O peso dos valores afetivos varia de um lugar para outro, mas se liga pela imagem geral da cidade.

### **Observações gerais sobre os valores**

Como em países de cultura urbana desenvolvida as zonas de ambiência costumam ser observadas, o esforço de conceituação dessa modalidade de patrimônio acaba sendo uma peculiaridade metodológica de países menos dotados. *Neles se trata, sobretudo, de atribuir novos sentidos aos fragmentos que sobraram, sugerindo o imperativo de praticar mais a prevalência de projetos novos do que possíveis restaurações. Ademais, dada a necessidade de novas adaptações no futuro, a reconstrução do presente deve ser dotada de indispensáveis características de flexibilidade.*

As virtudes biológicas também são patrimoniais, mas escapam do âmbito desses conjuntos: as qualidades do ar e da água dependem da totalidade urbana e não de espaços circunscritos. Os índices toleráveis de decibéis só podem ser parcialmente controlados no interior de cada conjunto considerado.

### **Exceções: nem tudo tem valor patrimonial**

Num primeiro momentos somos instados a pensar que quanto mais superfícies patrimoniais existirem, maior será o grau de civilização urbana. No entanto, isso nem sempre convém, em razão da necessidade real de dispormos de bens descartáveis, fazendo que em muitos casos a preservação se justifique apenas num tempo menor. Assim costumam ser as grandes superfícies destinadas a feiras móveis, circos, parques de diversão e outros efêmeros. Em algumas circunstâncias somos obrigados a recorrer a acampamentos e alojamentos de diversos tipos, que uma vez tornados supérfluos podem ser demolidos. Em muitos casos de conjuntos habitacionais e favelas resulta mais barato reconstruir do que melhorar o existente. Os arranjos desvirtuados do espaço público que já nascem assim não têm como serem justificados. Vários tipos de dependências industriais: galpões, depósitos, silos se tornam desnecessários após certo tempo. As áreas de risco e de inundações, comumente ocupadas por populações pobres são condenáveis desde o início. Os depósitos de lixo são a própria negação do patrimônio. A má tecnologia faz com que muitos terminais de transporte nasçam obsoletos. Edifícios e espaços

cujas evoluções dependem fortemente da tecnologia (hospitais, aeroportos, estradas, etc.) não conseguem cumprir suas missões sem constantes mudanças e têm de se adaptar. Estradas que se convertem em avenidas suburbanas são também altamente condenáveis. Enfim, qualquer construção feita para a “temporada” de uma única geração não chega a se constituir como patrimônio: são bens provisórios.

## O Sentido Relacional de Ambiente

O ambiente sempre foi fonte de estímulo, revelando forte intimidade da geografia com a psicologia ambiental. Lembremo-nos que já no século XIX, Carl Richter entendia que a natureza condicionava o desenvolvimento dos povos. Ratzel dizia que a natureza exerce influência sobre a psicologia individual e depois sobre a coletiva. Em neurobiologia o ambiente é fonte de estímulos que, regulados pela formação reticular do tronco do encéfalo, ativa o córtex-cerebral, colocando-o em estado de excitação interior, cujo espectro vai do sono a uma grande agitação. O geógrafo brasileiro Milton Santos (1996), apoiado em Abraham Moles e Elizabeth Rohmer, lembra que enquanto a tecnosfera é o meio técnico, científico e informacional que requalifica espaços para atender aos interesses hegemônicos, a psicofera é o reino das idéias, das crenças, das paixões; lugar da produção do sentido que sustenta a tecnosfera. Atualmente, o elo do homem com o meio renasce, mas, sem os preconceitos do determinismo.

Hoje, sobretudo com auxílio de várias disciplinas, é preciso que qualquer intervenção num determinado lugar seja precedida de análises de suas relações básicas, a serem aprofundadas:

- a) *Relações arquitetônicas e urbanísticas*, implicando, classicamente, nos princípios de escala, volumetria, unidade, harmonia, etc. Trata-se do próprio objeto da urbanística, e seus possíveis modelos;
- b) *Relações do grupo social com o conjunto ocupado*, remetem às atitudes do grupo com seu meio construído, comportando várias atitudes: manutenção ou abandono; preservação ou vandalismo; poluição visual ou busca do *clean*, etc;
- c) *Relações de trabalho com a base territorial*: reconhecem os ajustes grupais do ponto de vista comercial, de serviços, de complementaridade, de clientela, etc;
- d) *Relações Sociais*: reconhecem possíveis laços de amizade, parentesco, associativo, de anonimato e outros dependentes do lugar considerado;
- e) *Relações de lazer*: são as relações que se estabelecem com equipamentos, serviços, compatibilidade de vizinhança e outros, dependentes do espaço (praças, jardins, estabelecimentos afins, etc.).



- f) *Relações do conjunto com o resto da cidade*, representam a natureza e o grau de intercâmbio de área em questão com a totalidade urbana em que se integra;
- g) *Relações de ajuste das próprias relações*: revelam os conflitos de uso (interesse social & capital; habitação & lazer; habitação & trabalho; trabalho & lazer; etc);
- h) *Relações com as instituições*: definem o grau de aceitação das regulações da cidade (compromissos com o trânsito, limpeza, moral, etc.);

### **Observações:**

Como as relações se constroem ao longo da história, *é preciso ter bem claro que não existe patrimônio sem historicização*. Por isso os projetos recentes devem não só se calcar em fortes fundamentos sociológicos, como ainda contar com um tempo de amadurecimento.

As instituições e os acordos de relação significam que preservação e mudança têm de ser constantemente renegociadas: é aí que se fundamenta o valor social do planejamento. No entanto, é preciso reconhecer que em países emergentes os direitos costumam se apresentar fragilizados, necessitando de forte apoio social para enfrentar as relações de força.

É curioso notar como certos empreendimentos luxuosos, contrastando com a modéstia vizinha de certos lugares, acabam sendo oficialmente considerados como o patrimônio do lugar. Tal o caso, por exemplo, com certos condomínios fechados dotados de virtudes ambientais internas, mas traídos por seu enclausuramento que o separam do resto da cidade, isto é, contrapondo-se ao ideal de sociedade aberta. A Riviera de São Lourenço, no município de Bertoga, Estado de São Paulo, é reconhecida pela municipalidade como seu grande patrimônio.

### **Transformação de Relacionamentos sob a Globalização**

Os estudiosos já têm bem claro que a globalização está transformando os lugares. Teses em vários países, entre as quais a de António Firmino (1999), têm demonstrado como o antigo conceito de bairro já não se sustenta em muitos lugares tradicionais. Assim se entende a necessidade de modificar o antigo conceito de patrimônio ambiental, antes vinculado a populações fixas com “cultura diferenciada” (o bairro dos italianos, judeus, árabes, nordestinos, etc.). Isso pode ser ainda entendido por outros fatos como segue.

O neoliberalismo tem sido responsabilizado pelo aumento da distância social, fazendo com que muitos redutos com certa identidade cultural tenham sido forçados a se esvaziar para outros lugares. Nas grandes cidades, algumas das quais classificadas como mundiais, vem ocorrendo a presença da internacionalidade e seu multiculturalismo. Isso altera, substancialmente, as condições anteriores, de modo ainda não totalmente aferido e sistematizado pela sociologia. Essa mobilidade de pessoal ligado a grandes corporações se faz acompanhar de mobilidade popular pela procura de empregos, acentuando ainda mais o gigantismo metropolitano - que já era uma característica do capitalismo tardio. É nesse contexto que ocorre a diluição da idéia de bairros em favor dos usos metropolitanos.

No mais, o último quartel do século XX conheceu uma multitude de direitos que instigam vários grupos a reafirmarem suas identidades, fato que comumente acontece com sustentação espacial. Por exemplo, a presença *gay* tem marcado o espaço residencial ou de lazer de várias cidades. Pode-se também acrescentar que a identidade espacial está sendo reconstruída sob a globalização do gosto e do uso de padrões nem sempre filtrados pelos interesses do lugar. Nesses casos, a hegemonia dos padrões empresariais tem sido notória.

Nesse tempo, muitas cidades vêm conhecendo uma fase dita pós-moderna, com a contradição de algumas, especialmente em países emergentes, não terem sequer conhecido a fase moderna... O pós-moderno enfatiza revitalizações que, via de regra, representam novos usos e forcem seus velhos ocupantes a saírem. Lá onde a esfera pública é fraca, ocorre forte privatização do espaço público. México e São Paulo se contam entre as maiores expressões da economia de rua, informal ou não. Sob diversos pontos de vista, a aceleração do progresso tecnológico também tem sido responsável por profundas transformações espaciais. A simples colocação de uma nova linha de metrô transforma os lugares.

Surgem então novos tipos de ocupação, com “marca registrada” de serem dotados de discursos fundadores, que buscam legitimar relações a serem entretidas entre os lugares e a modernidade.

Na cidade globalizada, a hegemonia do “residente local” já é discutível. Como o sedentarismo é quase sempre provisório (migrações nacionais e estrangeiras, com ou sem pertencimentos de origem,) é preciso reforçar a conquista do *belonging* pela extensão qualitativa da cidadania, inclusive na dimensão espacial.

Viver no patrimônio, especialmente em lugares turísticos, é habitar e ser habitado (Lao Tseu dizia: *a fachada de uma casa pertence a quem a olha*). O olhar estrangeiro pode se tornar determinante porque proporciona releitura pelos habitantes e o desejo de reapropriação. Nesse sentido, é preciso precaver-se de uma imagem ridicularizada do turista em qualquer transeunte: não podemos esquecer que ele é o outro e, desqualificá-lo *a priori* é pré-conceituar a alteridade, conforme bem lembra Maria **Gravari-Barbas**: 2005.

Na realidade, o *leitmotif* da patrimonialização é dado pelo valor geral do conjunto construído. Em sua ausência se fica reduzido às relações sociais, reguladas por relações de força que, mesmo quando legítimas, têm de ser resolvidas de uma forma ou outra. Mas o fato de as relações sociais se apresentarem conflituosamente não deve impedir a busca da preservação de um espaço potencialmente valorizado. Nesse caso são as próprias relações que têm de ser equacionadas! Aí, pois, costuma ocorrer o inverso dos países desenvolvidos, cujas instituições e normas de urbanização priorizam os valores sociais, históricos e artísticos, porque em geral a idéia de qualidade de vida é *a priori* assumida pelo próprio conceito de desenvolvimento.

### **A Patrimonialização Proporciona Vantagens e Embaraços**

A dinâmica da cidade contemporânea acentua ainda mais a necessidade de renovação. Como a mudança é irreversível, só nos resta discutir o sentido que ela toma. Dependendo das relações de força, como Bolonha na década de 1970, se a patrimonialização for conduzida com esforço de inclusão, poderá ser uma forma bem sucedida de resistência às agressões da dinâmica urbana. Nessa hipótese, a operação é, ademais, uma oportunidade privilegiada de ordenação do território contra as forças da especulação e os vetores da cidade difusa. Obviamente ocorre uma valorização de imóveis que pode ser bem vinda para os mais desprovidos, já que comumente ocorre melhoria da qualidade de vida distrital, não só na unidade tratada, como ainda nos contágios de vizinhança.

A parte patrimonializada enriquece a experiência urbana (Giandomenico **Amendola**: 2000), porque uma nova identidade revelada é essa condição que tanto se advoga em nossos dias, isto é, a presença do multiculturalismo. A unidade revitalizada ajuda a criar o sentimento de pertença: o apreço ao lugar por cidadãos “de dentro e de fora” é fundamental à coesão social e ao civismo. Por isso o processo de patrimonialização deve ser constantemente alimentado por aportes atualizados de disciplinas sem as quais não pode ser realizado: história, sociologia, psicologia ambiental, geografia, arquitetura, tecnologias diversas, etc;

Mas é preciso ter ciência de que o conceito em discussão não é estático, pois acompanha o processo social. Nem todas relações desejadas se cumprem simultaneamente! Algumas têm que ser trabalhadas: acentuadas, reformuladas, banidas...

Enquanto em alguns países existe o perigo de excessiva museificação com o risco de eliminar o *sal da terra*, em países emergentes, por conta de deteriorações diversas, esse patamar ainda está muito longe de ocorrer. Neles, trata-se, aliás, de recuperar o sentido da história.

Todavia a patrimonialização tem seu lado indesejável. Em países cujas instituições são de fraco teor de socialização, a existência do pequeno (comerciante, residente, usuário etc.) permanece vulnerável, em favor das grandes corporações. Ela depende de negociações difíceis entre moradores, associações, promotores, tecno-estrutura e Estado. Ademais, algumas mudanças de função poderão ser inoportunas. Cada sociedade, em cada tempo, deve rediscutir as fronteiras de sua aceitabilidade.

Dentre os principais conflitos, podem ser elencados: a insensibilidade popular a certos valores culturais de seu próprio interesse; a falta de respeito para com a esfera pública; o relaxamento oficial e privado por negligência ou falta de recursos, além de graves adulterações formais.

Viver o patrimônio significa também co-habitar. Enquanto para visitantes pode ser motivo de curiosidade, ilustração do espírito, prazer, para os residentes pode ocorrer uma relação esvaziada. Parte dessa circunstância é devida ao corpo oficial de “especialistas da produção simbólica”, que pode manobrar o interesse coletivo, privilegiando apenas valores das classes dominantes.

A valorização do patrimônio recai sobre propriedades privadas e públicas, mas como as políticas públicas e culturais possuem alcance limitado, acabam prevalecendo os interesses econômicos, estéticos e culturais da burguesia. Assim, o ganho social se reduz devido à exclusão, embora se possa contar com inclusões lentas de alto interesse: o proletário se faz na práxis, conforme Edward Palmer **Thompson** (1987) e José de Souza **Martins** (2001).

Finalmente, deve ser levado em conta que o conjunto patrimonial possui certo grau de autonomia, mas também limitações de qualquer microcosmo isto é, a coerência entre um ideal localizado e o sistema dominante. Mas, já que a reorganização de uma cidade ou região metropolitana costuma se apresentar em nome do interesse econômico e social, nada mais oportuno que negociar os entraves aqui apontados como legítimos e oportunos para o índice de desenvolvimento humano.

## As Relações sob o Prima da Mudança

A Revolução Francesa de 1789 e a Russa de 1917 são apenas dois exemplos históricos de como o patrimônio muda de mãos (André **Chastel**: 1986), em especial o que foi da nobreza e do clero.

Sabemos que o patrimônio evolui com o processo social, mas dada a possibilidade de existirem populações despreparadas, conviria a fórmula de participação assistida. Conforme alerta Milton Santos, a ordem global impõe racionalidade única aos lugares: define as escalas superiores ou externas no cotidiano, baseadas

na razão técnica e operacional, no cálculo e na linguagem matemática. A ordem local define a escala do cotidiano, referenciada pela vizinhança, intimidade, emoção, cooperação e socialização. Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente. A participação assistida deve se dar com a mediação de assistentes sociais, que por certo tempo acompanham o grupo de território patrimonializado. No caso, cabe à Administração descobrir e incorporar lideranças capazes de dar continuidade ao processo.

### **Adequação às Condições de Países Emergentes**

Efetivamente o subdesenvolvimento coloca muitas restrições que forcem repensar como viabilizar o presente conceito. Os casos mais cuidadosos com o patrimônio histórico ou artístico revelam uma alarmante lentidão devido ao custo operacional. Um exemplo chocante é dado pelo palacete *art nouveau* da pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, apesar de ser lugar privilegiado de especialistas da área. Por enquanto, somente a restauração de sua pintura interna (faixas decorativas e alguns painéis) vem durando quase vinte anos, sem ter chegado à metade sequer! O que dizer então do tempo e recursos necessários para refazer todas as partes deterioradas de um bairro? Esse empenho consciencioso faz com que muitos profissionais da preservação afirmem que nos países de recursos limitados não é possível seguir os mesmos padrões de projeto que os ricos. *No entanto ninguém definiu o que deva ser um padrão minimamente aceitável, já que a cada nível de subdesenvolvimento correspondem graus constrangedores de concessão.*

Não obstante, nem sempre se pode alegar falta de recursos. Um bom projeto não precisa ser caro: a singeleza já fez sucesso histórico em várias colônias. Corrupção, incompetência e privilégios do orçamento para áreas não justificáveis mostram o quanto é subtraído de um ideal de civilização urbana (Eduardo Yázig: 2003). Além disso, grupos desavisados fabricam identidades falseadas e exageram em usos fantasiosos ou bizarros, como aconteceu na cidade de Itu, Estado de São Paulo: enquanto sucessivas administrações públicas e o povo alimentavam o sentido jocoso (na cidade em que tudo é “maior”), perdeu-se a valorização de importantes conjuntos arquitetônicos desse lugar, considerado o Berço da República. O sistema de cooperativas de residentes parece ser a uma opção minimamente aceitável. A outra consiste de exigências legais desde a própria fundação de uma frente de urbanização territorial.

## **Linhas mestras a serem aplicadas no subdesenvolvimento**

Se a própria França que é país rico tem de acentuar o valor pragmático, conforme diz Françoise Choay (1996), o que não dizer dos mais carentes?

Um trabalho de revitalização de conjunto tem de se iniciar pelo reconhecimento de valores locais ou regionais sedimentados. Os projetos têm de ser inteligentes e flexíveis, capazes de acompanhar ascensões sociais e a evolução tecnológica.

Como os sistemas de governo não conseguem dar conta nem de construir suficientes habitações populares, não se pode esperar que arquem com a revitalização de conjuntos. Ou essa tarefa é liderada pela própria população local, ou não se pode esperar muita melhoria do cotidiano. Daí então a necessidade de fazer uso de formas associativas para minimizar custos (projetos, tecnologias, materiais, mão de obra, etc.) e fazer uso, preferencialmente, da autoconstrução assistida.

Nota válida para todos níveis de governo: estimular colocações de serviços oficiais e semi-oficiais, preferencialmente, em edifícios de reconhecido valor. A adoção do mesmo princípio por entidades privadas deve ser recompensada. Os projetos têm de primar pela singeleza construtiva, deixando as sofisticações por conta de cada grupo de usuários. No entanto, ao contrário do que se imagina, a simplicidade não é fácil de ser alcançada sem algum auxílio de profissionais experimentados. Isso posto, são necessárias várias medidas oficiais, em diversas esferas de poder.

## **Estímulos nacionais**

A prática institucionalizada de políticas nacionais de desenvolvimento tem sido muito negligenciada, pois os governos atuam muito segundo compromissos eleitorais e no varejo. Ora, como o conceito de patrimônio ambiental urbano diz essencialmente respeito à esfera pública e esta costuma ser mal assimilada, tudo tem de começar com seu cultivo. Já disse Jurgen Habermas: somente um povo bem familiarizado com a democracia consegue respeitar a esfera pública e seu espaço.

As cooperativas nasceram na Inglaterra em 1795, passaram por fases de abandono, sendo atualmente retomadas, seja como forma associativa entre governo e empresários, seja como solução de interesse popular. Para que se possa tirar partido delas será necessário não só fornecer estímulos de facilidades de criação, como dar proteção aos pequenos empresários. Uma das formas públicas de estímulo consiste em oferecer recompensas vantajosas para iniciativas exemplares de alta visibilidade. O contágio poderá sugerir adesões à mesma causa.

Nos sistemas federativos, a política nacional de desenvolvimento tem de ser complementada por políticas estaduais e municipais de desenvolvimento urbano em termos regionais e de longa duração. Todavia, isso não basta, é preciso formar quadros profissionais suficientes, de preferência em cooperação com as universidades, a fim de dar apoio técnico a municípios e associações de moradores interessados na patrimonialização.

Um fato alarmante no mundo, mais agudo em vários países de poucos recursos, consiste da mediocrização dos valores, amplamente difundida pelas mídias. Mais que nunca será preciso trabalhar mentalidades, naquele sentido anunciado há quase meio século por Fernand Braudel: *como garantir qualidade para uma sociedade massificada?* As mentalidades têm de ser prioritariamente trabalhadas no conjunto do sistema cultural *latu senso* e em longo prazo. Preocupado com esse fenômeno alarmante, no caso creio mais nas possibilidades do provérbio latino: *res non verbis*, isto é, trabalhar com fatos, coisas e não palavras. Em duas palavras, trata-se de realizar projetos de alta qualidade, ainda que modestos.

Em países carentes, nada mais justo do que definir zonas geográficas e tipologias a serem priorizadas pela assistência: quais são as pedras angulares? De resto, quando a iniciativa for da população, o volume de demandas terá de se contentar com assistência técnica gratuita às cooperativas de usuários, via subprefeituras. Por isso é indispensável que a urbanização conte sempre com políticas de intervenção social conceitualmente corretas e atualizadas. *A priori*, os projetos pilotos deverão retro-alimentar teorias e a reformulação de programas – o que implica a *continuidade* do corpo técnico. De qualquer modo, dificilmente se obterá sucesso sem o apoio de lideranças civis pela causa da cultura material.

Juridicamente será preciso adaptar e moralizar as leis de uso e ocupação do solo e os códigos de obra, fundados em lugares e não em banalizações - esse hábito subdesenvolvido de um distrito copiar o que outro faz, sem a menor preocupação de adaptação.

Todo esse processo de defender o patrimônio ambiental através das políticas públicas coloca a questão: *quem deve arbitrar?*

Por princípio, a normatização por códigos já é uma arbitragem, carecendo apenas de reforço e moralização. Complementarmente, como o mercado tende à homogeneização, a cultura fundamentada no interesse comum poderá tonificar as resistências, com seu universo diversificado e crítico. Igualmente, nos estímulos oficiais é preciso buscar diálogo entre técnicos e as lideranças mais habilitadas. Em contraposição, quando as iniciativas populares tiverem origem em suas próprias associações, já que tomaram consciência, bastará observar as normas pertinentes. O Estado seria incapaz de atender todas as demandas.

Sistemas de governo, empresários e particulares são todos criadores de patrimônio. Nada dispensa que cada um deles sujeite seus projetos à aprovação

por uma instituição pública, especialmente criada para tal fim. Se os projetos da natureza devem se sujeitar a relatórios técnicos de impacto ambiental, por qual razão o meio urbano não merece igual cuidado? Os eco-históricos deviam acordar por essa causa de amplo interesse social e que também é ambiental.

## Em conclusão

- a) Os fundamentos expostos são indispensáveis, porque a ignorância do sentido relacional reduz o patrimônio a efeitos cosméticos;
- b) Trata-se de um princípio urbanístico e sociológico a ser necessariamente incluído nas políticas públicas e no planejamento urbano *tout court*;
- c) O conceito não pode se limitar a catalogações definitivas, pois só tem sentido se acompanhar o processo social: é o ser e o devir;
- d) Complementarmente, as adversidades institucionais reclamam reformas de várias naturezas;
- e) Resolver a questão social é condição *sine qua non* de qualquer projeto de país emergente. (Em países com alto grau de socialização o ambiente urbano tende a ser virtualmente mais patrimonializado);
- f) As restrições do subdesenvolvimento tornam a racionalização imperativa;
- g) Sem incorporação de novos fundamentos nas políticas urbanas não será possível trabalhar o presente conceito extensivamente;
- h) É imperativo contar com níveis progressivos de excelência: qualidade de vida e socialização devem ser diretamente proporcionais à extensão territorial reconhecida como patrimônio ambiental urbano – exceção feita a certa margem de bens temporários;
- i) É indispensável estimular a formação cultural de quadros oficiais fixos e da população, assim como lutar por representações políticas com sólida formação nesse campo – além de se moralizar as leis!
- j) Como o território periférico é o mais abandonado, nada mais justo e urgente do que priorizá-lo. Dada sua pobreza proverbial não se trata simplesmente de definir micro-espacos a serem privilegiados, mas de trabalhar antes por melhorias públicas: infra-estruturas, espacos públicos, serviços básicos, etc.
- k) A rigor, a concepção relacional de patrimônio ambiental urbano constitui uma ampliação do princípio de direito à cidade, uma das formas de inclusão social - desde que não se sejam omitidas atuações simultâneas no campo estrutural: são os dois polos da consciência planejadora. Os desafortunados merecem mais que uma civilização de rebocos para seus quadros de vida.



**ASSIM COMO AS RESERVAS DA BIOSFERA SÃO EXCELÊNCIAS PARA A VIDA, OS TERRITÓRIOS DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO SÃO RESERVAS DE CIDADANIA E CIVILIDADE.**

**Bibliografia**

- AMENDOLA, Giandomenico. *La ciudad postmoderna*. Madrid: Celestes Ediciones, 2000.
- CHASTEL, André. "La notion de patrimoine", in Nora, Pierre (dir.) *Les lieux de la mémoire: la nation*. Paris: Gallimard, 1986. [Para explorar o conceito e a mudança de mãos do patrimônio].
- CHOAY, Françoise. *L'allegorie du patrimoine*. Paris: Seuil, 1996.
- FIRMINO, António. *Sociedade de bairro*. Lisboa: Celta Editora, 1999.
- GRAVARI-BARBAS, Maria. *Habiter le patrimoine: enjeux – approches – vécu*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005.
- HABERMAS, Jurgen. *L'espace public: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société moderne*. Paris: Payot, 1978.
- MARTINS, José de Souza. "Depoimento", in *Espaço & Debates*, no. 42, 2001, pags. 74-84
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa. Volume I A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- YÁZIGI, Eduardo. *Civilização urbana: planejamento e turismo. Discípulos do amanhecer*. São Paulo: Contexto, 2003.